



MARINHA DO BRASIL
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA
(AUTARQUIA FEDERAL)

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS VENDEDORES E/OU REPRESENTANTES

Nome completo: _____

CPF: _____

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidades específicas, em conformidade com a Lei nº13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ao assinar este termo, o Titular consente e concorda que a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM) tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento destes.

Finalidade: Concessão de Financiamento Imobiliário (FI).

Formas do Tratamento: Coleta, recepção, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação e análise de dados.

Duração do tratamento: Até o fim do prazo previsto do FI concedido; ou até 06 (seis) meses para FI solicitados mas não contratados.

Compartilhamento: Sistemas internos da CCCPM; Empresa de Avaliação Imobiliária e Empresa Seguradora, contratadas pela CCCPM.

Dados pessoais: a CCCPM fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento de: nome completo e data de nascimento; número e imagem do RG, CPF, CNH, Carteiras de Identidade; estado civil e filiação; endereço completo; telefones e endereços de e-mail; banco, agência e contas-correntes; comunicações verbais e escritas.

Finalidades e motivos do tratamento de dados: análise para a concessão de FI; cumprimento de obrigações legais, regulatórias e requisições de autoridades administrativas e judiciais; exercício regular de direitos; instrução de processos administrativos e judiciais; análise, gerenciamento e tratamento de riscos, incluindo os de crédito, fraude e segurança; verificação de dados pessoais para fins de autenticação, segurança e/ou prevenção à fraude em sistemas eletrônicos próprios ou de terceiros; avaliação, manutenção e aprimoramento de serviços; levantamento de informações constantes de bases de dados oficiais; verificação de informações de

pagamento; e análise de risco para fins de contratação de seguro por Danos Físicos no Imóvel (DFI).

Compartilhamento: a CCCPM fica autorizada a compartilhar dos dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para atender as finalidades e motivos listados neste termo, observados os princípios e garantias estabelecidas na LGPD.

Segurança dos dados: a CCCPM responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Em conformidade ao art. 48 da Lei LGPD, a CCCPM comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

Término do tratamento: a CCCPM mantém os dados pessoais coletados conforme o propósito e a natureza do tratamento, que ocorrerá pelo período necessário para o cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais, para continuar a fornecer e aprimorar nossos produtos e serviços, para o gerenciamento de riscos, para o exercício regular de direito em processos administrativos, judiciais e arbitrais e para as demais finalidades previstas na Política de Privacidade da CCCPM. Serão eliminados após o transcurso do prazo previsto dos contratos de FI, bem como do cumprimento do período máximo de arquivamento, observado no caso de dados atrelados à execução de despesas. Os dados referentes às solicitações de FI não concretizados serão eliminados em até 06 (seis) meses.

Direitos: o Titular tem direito de obter, a qualquer momento e mediante requerimento, as seguintes informações sobre seus dados tratados pela CCCPM: confirmação da existência de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD; eliminação dos dados pessoais tratados com meu consentimento, exceto nas hipóteses previstas no artigo 16 da LGPD; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e revogação do consentimento.

Direito de revogação: este consentimento poderá ser revogado pelo Titular a qualquer momento, mediante solicitação.

_____, em _____ de _____ de 2022.
Local Data

Assinatura